

pomos neste momento de uma abundante bibliografia sobre a transição portuguesa. Depois de uma primeira vaga de publicações de carácter essencialmente memorialista e jornalístico, em que as marcas da conjuntura revolucionária são ainda bem visíveis, assistimos, no final dos anos 80, ao florescimento do interesse académico sobre esta questão. A par das obras de referência de José Medeiros Ferreira¹, Boaventura de Sousa Santos², António Reis³, Sánchez Cervelló⁴ ou Kenneth Maxwell⁵,

¹ José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O Período Pré-Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. Do mesmo autor, v. ainda *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa, 1992, ou «Portugal em transe», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

² Boaventura de Sousa Santos, «A crise do Estado e a aliança povo/MFA em 1974-1975», in AAVV, *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*, Lisboa, Associação 25 de Abril, 1984, p. 46.

³ António Reis, «O processo de democratização», in *Portugal — 20 Anos de Democracia*, dir. de António Reis, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; este texto sintetiza as teses já anteriormente apresentadas pelo autor em «A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização», in *Portugal Contemporâneo*, dir. de António Reis, vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1993, pp. 13-62.

⁴ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pp. 430-431.

⁵ Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Ed. Pre-sença, 1999.

Diego Palacios Cerezales, O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

Trinta anos passados sobre a revolução do 25 de Abril de 1974, dis-

a crise do Estado, o protagonismo político e social do Movimento das Forças Armadas (MFA) e a radicalização dos movimentos sociais em 1974-1975 foram tema de uma quantidade apreciável de estudos de politólogos, sociólogos e historiadores. Sem qualquer pretensão de exaustividade, é incontornável a referência a obras como as de Nancy Bermeo sobre a reforma agrária⁶, John Hammond sobre os movimentos sociais urbanos⁷ ou, mais recentemente, Durán Muñoz sobre a dinâmica de crise do Estado sob pressão dos movimentos sociais⁸.

Neste contexto, a publicação, em finais de 2003, de *O Poder Caiu na Rua* constitui um marco fundamental. Trata-se da tese de mestrado em Ciências Sociais do investigador espanhol Diego Palacios Cerezales, realizada sob orientação de Manuel Villaverde Cabral e apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Com ela podemos afirmar inaugurar-se uma nova fase dos estudos sobre a transição portuguesa em que uma geração mais jovem, que não tem memória

presencial dos acontecimentos, toma a palavra e lança novas perspectivas sobre o período.

Numa apreciação global do trabalho, a nossa primeira observação é a de que a presente tese encerra virtudes múltiplas que as suas pequenas imperfeições não conseguem ofuscar. E, porque essas imperfeições pesam muito pouco no balanço final, começamos por assinalar a excessiva preocupação do autor em justificar o objecto de estudo, numa atitude completamente desnecessária, que a própria excelência do trabalho acaba por invalidar. Alertando não pretender elaborar uma «grande teoria» nem uma história da transição portuguesa, apresenta a sua obra como um conjunto de estudos sobre a mobilização popular e a repressão estatal. Será este, em nosso entender, o maior ponto fraco deste trabalho, uma vez que esta opção acaba por ser mal sucedida. A má articulação entre alguns dos capítulos retira algum impacto à obra no seu conjunto.

O trabalho divide-se em seis capítulos, segundo aquilo que o autor classifica de estrutura «caleidoscópica», isto é, com elementos «constantes», recorrentes, que se repetem em diferentes partes do trabalho.

O primeiro capítulo, «Política de confrontação e Estado», onde se denota uma grande preocupação em apresentar os conceitos e ferramentas teóricas que serão utilizadas e testadas no trabalho (*acção colectiva, política de confrontação, intercâmbios políticos, redes de consolidação, crise de Estado* ou *estrutura*

⁶ Nancy G. Bermeo, *The Revolution within the Revolution: Workers' Control in Rural Portugal*, Princeton, Princeton University Press, 1986.

⁷ John L. Hammond, *Building Popular Power. Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1988.

⁸ Rafael Durán Muñoz, *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1997.

de oportunidade política), revela desde logo um amplo domínio da bibliografia sobre o tema. É esta, aliás, uma constante ao longo de todo o livro.

A ideia central deste capítulo prende-se com a própria essência da transição portuguesa para a democracia. Segundo o autor, o que caracterizou o processo político subsequente ao golpe do 25 de Abril de 1974, isto é, a revolução portuguesa, foi a «generalização e extensão das *mobilizações*» que ocorreram quer «no campo «popular», quer no «elitista» e no «estatal»». Segundo Diego Palacios, «a generalização das mobilizações dentro da esfera estatal configurou uma *crise de Estado* que se revela como um excelente laboratório para pensar o seu reverso, ou seja, o que é o Estado e como funciona em situações «normais», isto é, como poder constituído» (p. 25).

Esta tese da crise de Estado, já explorada por outros autores, é enfatizada logo neste capítulo inicial para demonstrar a dificuldade em considerar, nesses momentos, as forças armadas uma estrutura unitária ou com um comando único: «a sua desintegração faz com que as acções ou decisões só possam ser atribuídas a determinados quartéis-generais, estruturas *ad hoc* e unidades, destacamentos, pelotões e oficiais em situações de interacção bem delimitadas» (p. 39)

A análise dos mecanismos que deixaram os sucessivos governos (provisórios) sem autoridade ou capacidade para fazerem valer essa au-

toridade ocupa grande parte do segundo capítulo. Por um lado, a desestabilização das forças policiais e o seu consequente decréscimo de actividade. Paralelamente, as forças armadas, último depositário da capacidade coerciva do Estado, que atravessam também um processo de desintegração institucional. Não deixa de ser curiosa a constatação de que o mecanismo que «falhou», possibilitando novos comportamentos, e mesmo actos de insubordinação em muitas unidades, foi o isolamento social das forças armadas. Esta realidade, possível depois de treze anos de guerra em África, faz surgir uma nova identidade militar em algumas unidades, que rapidamente se transforma no «aliado principal com que contaram os movimentos populares». Paralelamente, o fim do isolamento acaba por ser um factor fundamental na própria legitimação da intervenção das forças armadas, uma vez que «as tropas do MFA não encontravam um referente da legitimidade da sua acção senão nas multidões que aclamam o derrube do regime». Só assim se explica também o seu comportamento quando chamadas a garantirem a ordem pública face a «acções colectivas transgressoras» — acabam por dar atenção às reivindicações e *razões* dos transgressores (p. 75)

Os restantes capítulos são relativamente independentes, uma vez que cada um tenta resolver questões específicas e delimitadas. Apesar de três deles terem como referência o conceito de crise de Estado, os processos de

mobilização social abordados são diversos, quer quanto às perspectivas, quer quanto aos âmbitos.

Antes de mais, o movimento de moradores, que o autor classifica como sendo uma das mobilizações mais características do processo revolucionário português. A periodização apresentada sobre a evolução do movimento coincide inevitavelmente com a da conjuntura política mais ampla em que os movimentos militares do *28 de Setembro*, *11 de Março* e *25 de Novembro* constituem os marcos fundamentais das mudanças/viragens.

Assinale-se, na caracterização da primeira fase do movimento de moradores, o quadro-síntese das suas reivindicações e o esquema da primeira sequência do seu reconhecimento/aceitação por forças tão diversas como a JSN, os partidos e movimentos políticos e as forças armadas e policiais (p. 81 e 91). Pena é que o autor não tenha tido a oportunidade de fundamentar melhor a sua tese, segundo a qual esta análise do movimento de moradores permite encontrar um paradigma a aplicar a outros movimentos, como o operário ou o de ocupações de terras no Alentejo.

O quarto capítulo, «*The only game in town*. O duelo de manifestações na transição portuguesa», é dedicado à análise de outros domínios de mobilização popular no PREC. Assim, além de discutir a literatura dedicada ao estudo das transições para a democracia, analisa a «interacção estratégica» entre diferentes

projectos políticos organizados e procura mostrar como «a participação popular em manifestações foi fundamental para que a crise política se solucionasse através do estabelecimento de um sistema político de recorte liberal» (p. 22). Em última análise, partindo de uma caso — o português —, Diego Palacios rebate as teses que colocam a tónica nas elites e minimizam o papel das não-elites nos processos de transição para a democracia, defendendo, pelo contrário, existir uma dependência mútua entre elites e não-elites. Como argumentos, defende que (1) é a mobilização social que explica «a deriva do golpe do 25 de Abril numa crise de Estado»; (2) «o resultado eleitoral reduziu a incerteza sobre o apoio social dos diferentes projectos políticos»; (3) «esta redução de incerteza alimentou o desenvolvimento de mobilizações ‘anticomunistas’ destinadas a afirmarem o valor dos resultados eleitorais face ao vanguardismo do MFA»; (4) «foi a mobilização que fez passar de ‘apáticos’ a ‘opositores’ (anticomunistas) uma boa parte do aparelho militar que nem se tinha integrado no MFA nem tinha participado nas movimentações spinolistas». As nossas críticas vão essencialmente para os dois primeiros argumentos, dos quais, em última análise, decorrem os restantes. No que diz respeito às «origens» da crise de Estado que emergiu na sequência do 25 de Abril de 1974, a tese apresentada é claramente redutora e impossibilita uma real compreensão da amplitude do fenómeno. Sem me-

nosprezar a importância da «explosão» dos movimentos sociais, é incontornável, a este respeito, uma referência a outros elementos, como a quebra das cadeias de comando tradicionais das forças armadas ou a pulverização dos centros de poder. No que diz respeito ao impacto e peso do resultado eleitoral, questiono-me se é possível menosprezar o papel desempenhado pelas elites políticas e militares, nomeadamente no que diz respeito à própria mobilização popular. O próprio autor acaba por desenvolver esta ideia ao demonstrar como as manifestações foram usadas pelos partidos e movimentos políticos como meio de demonstração de força.

O Verão quente de 1975, tema central do quinto capítulo, constitui um momento fundamental deste processo. Analisando as amplas e vastas mobilizações «anticomunistas» então ocorridas, o autor procura explicar o seu recurso a formas de acção radicais, como o assalto e destruição de sedes de partidos, como o PCP ou organizações de extrema-esquerda. Trata-se, em nosso entender, de um dos mais bem conseguidos capítulos deste trabalho.

Antes de mais, ao fornecer um excelente ponto da situação sobre o que tem sido escrito sobre o Verão quente, quer pela literatura académica, quer testemunhal. Depois, ao situar aí o zénite da crise de Estado e ao chamar a atenção para a importância das diferenças regionais nessa crise. Esta desmistificação da ideia de uma presença ou entendimento

centralizado do Estado durante a crise revolucionária é amplamente documentada e ilustrada quer através de uma descrição e caracterização do movimento anticomunista, quer pela elencação das suas formas de acção. No final, duas conclusões centrais: (a) «a falta de capacidade e vontade coerciva das forças encarregadas da manutenção da ordem pública, da defesa dos bens e da integridade das pessoas foi o grande factor explicativo da aparição de um reportório de acção colectiva popular violenta» (p. 173); (b) é «infrutífero caracterizar o Estado como uma unidade de acção homogénea». Assim, contrariando a tese da conquista do poder por parte dos radicais aquando da tomada de posse do V Governo Provisório, afirma: «No Verão de 1975 a orientação política dos aparelhos de Estado era já anticomunista em boa parte do Norte do Tejo; assim, o Estado *revolucionário* português era um Estado em *crise*, e os que detinham o poder formal foram incapazes de resolver a seu favor a reintegração institucional. Nestas condições, é infrutífero caracterizar Estado como uma unidade de acção homogénea, pois não se pode afirmar que o Estado fizesse isto ou aquilo. Por outro lado, devem considerar-se as redes de consolidação interorganizativas que emergem em concorrência com as cadeias hierárquicas formais» (pp. 173-174).

O sexto capítulo encerra com chave de ouro este percurso algo sinuoso pelo PREC ao proporcionar uma análise dos processos políticos

que cristalizaram em torno do *25 de Novembro* e possibilitaram o fim da crise de Estado. Esta reflexão confere ao autor a ocasião ideal para recapitular elementos que foram aparecendo, de forma algo dispersa, nos diferentes capítulos, dando-lhes assim alguma unidade. Uma vez que o *25 de Novembro* constitui o momento de *viragem*, em que uns processos ganham consistência e outros são bloqueados, fazendo desaparecer as condições que possibilitaram a vaga de mobilizações colectivas, Diego Palacios explica «a cadeia de procedimentos», isto é, mobilizações e acções colectivas, com que se encerrou a crise de Estado.

O fim da situação revolucionária, proporcionado pelo *25 de Novembro*, o consequente restabelecimento da chefia militar e desaparecimento de centros de poder paralelos e rivais, reflecte-se fatalmente nos movimentos e mobilizações populares. Desde logo, na precária sobrevivência do movimento de moradores, dadas as suas ligações aos derrotados do *25 de Novembro* (esquema 8, p. 103): o fim da crise de Estado fez desaparecer a oportunidade para os movimentos de moradores agirem. Mas não só, uma vez que o processo atinge diferentes níveis, passando, nomeadamente, pelo controlo das redes de apoio civil e militares aos mobilizados, pela criação de novas formas de exercício da autoridade do Estado, pelo centralismo institucional das forças armadas, etc. Assim, conclui o autor, «com o fim da crise de Estado desapareceu a conjuntura

extraordinária que permitiu o avanço das mobilizações e o processo de aprendizagem política pelo qual passaram várias dezenas de milhares de activistas populares» (p. 189).

Em suma, estamos perante uma obra incontornável para quem pretenda estudar a complexa realidade revolucionária em que o Portugal de 1974-1975 se encontrou submerso. O livro, integrado na prestigiosa colecção «Estudo e Investigações», da Imprensa de Ciências Sociais, surge nas livrarias no momento em que as celebrações dos trinta anos do 25 de Abril acabam por se transformar num intenso debate em torno da natureza dessa transição. As tentativas de transformar a revolução numa evolução, ainda que progressista, acabam por fracassar. Intemporais, os 3 Ds apresentados por José Medeiros Ferreira no II Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, continuam a ser a consensual bandeira das conquistas de Abril.

MARIA INÁCIA REZOLA